



## PROJETO DE RESOLUÇÃO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE E LICENÇA-PATERNIDADE AOS PARLAMENTARES, E SOBRE A GESTÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DURANTE O PERÍODO DE AFASTAMENTO PARENTAL DECORRENTE DO GOZO DESSAS LICENÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES, por intermédio dos Vereadores que a compõem e no exercício de suas atribuições legais e regimentais, vem apresentar o seguinte Projeto de Resolução:

**Art. 1º** Esta Resolução dispõe sobre a concessão da licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares da Câmara Municipal de Linhares, bem como sobre a gestão das atividades do Gabinete Parlamentar durante o período de afastamento parental.

**Parágrafo único.** Para os fins desta Resolução, considera-se afastamento parental o período de fruição de licença-maternidade ou licença-paternidade, conforme regulamentado nesta norma.

**Art. 2º** Para os fins do disposto nesta Resolução, consideram-se os seguintes prazos de afastamento:

**I** - 180 (cento e oitenta) dias, para os casos de licença-maternidade; e

**II** - 15 (quinze) dias, para os casos de licença-paternidade.

§ 1º As licenças previstas nesta Resolução são irrenunciáveis e não poderão ser interrompidas.

§ 2º O parlamentar deverá comunicar formalmente à Diretoria Administrativa, Finanças e Recursos Humanos a data de início do afastamento, instruindo a comunicação com os seguintes documentos comprobatórios:

**I** - na licença-maternidade: atestado ou declaração médica com indicação da data provável do parto ou, quando for o caso, documento comprobatório do parto;





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

**II** - na licença-paternidade: certidão de nascimento, declaração de nascido vivo ou documento equivalente;

**III** - na adoção ou guarda para fins de adoção: termo ou decisão judicial que comprove a guarda para fins de adoção, quando aplicável.

§ 3º Na licença-maternidade, o afastamento poderá ocorrer entre o vigésimo oitavo dia antes do parto e a ocorrência deste, conforme indicado em atestado ou declaração médica.

§ 4º No caso de nascimento prematuro, as licenças terão início a partir do parto.

§ 5º No caso de natimorto, a licença-maternidade terá início imediato e, após decorridos 30 (trinta) dias do evento, a Vereadora será submetida a exame médico, que avaliará sobre o término ou prorrogação do período de afastamento.

§ 6º No caso de aborto atestado por médico, a licença-maternidade será de 30 (trinta) dias e terá início imediato.

**Art. 3º** Durante o período de afastamento parental, o parlamentar considera-se licenciado e ficará afastado do exercício presencial do mandato, observadas as regras desta Resolução.

§ 1º Durante o afastamento parental, fica vedada a participação do parlamentar, presencial ou remotamente, em qualquer espécie de sessão plenária e quaisquer atos oficiais que demandem presença do parlamentar nas dependências da Câmara Municipal de Linhares.

§ 2º A vedação prevista no parágrafo 1º deste artigo decorre da natureza protetiva da licença, voltada ao interesse da criança e da família, não podendo a Câmara exigir do parlamentar licenciado comparecimento físico ao prédio ou participação em sessões.

**Art. 4º** A fruição de licença-maternidade ou licença-paternidade, nos termos desta Resolução, não configura vacância do cargo, e não dará causa à convocação de suplente para assunção temporária da cadeira parlamentar.

**Parágrafo único.** A ausência do parlamentar em razão do afastamento parental será considerada justificada para todos os fins internos, sem prejuízo de sua remuneração.





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

**Art. 5º** O Gabinete Parlamentar do vereador em gozo de afastamento parental será integralmente mantido, permanecendo em funcionamento com as atividades administrativas internas e de atendimento à população, sem prejuízo da remuneração do parlamentar e da equipe do gabinete.

**Art. 6º** A equipe de servidores do gabinete manterá suas lotações e atribuições, sendo vedada qualquer exoneração, dispensa ou alteração de lotação motivada unicamente pela fruição do afastamento parental pelo parlamentar.

**§ 1º** Para a execução das tarefas diárias e organização administrativa do gabinete, a equipe reportar-se-á ao Coordenador Geral de Gabinete de Representação Parlamentar, preservada a rotina interna e o atendimento à população.

**§ 2º** O gabinete manterá a interlocução institucional com a sociedade por meio dos seus canais ordinários, sem necessidade de comparecimento do parlamentar licenciado às dependências da Câmara.

**§ 3º** O Gabinete do parlamentar licenciado apresentará à Diretoria Administrativa, Finanças e Recursos Humanos, mensalmente, antes do fechamento da folha de pagamento, relatório sucinto das atividades internas desenvolvidas, para fins de acompanhamento administrativo.

**Art. 7º** As atividades do mandato serão mantidas com o suporte da estrutura de pessoal de gabinete do parlamentar e do processo legislativo eletrônico.

**§ 1º** Fica autorizado que o parlamentar em afastamento parental assine pelo sistema eletrônico as atividades legislativas e administrativas desenvolvidas pela equipe de gabinete.

**§ 2º** Fica suspensa, pelo mesmo prazo da licença, a análise e encaminhamento das matérias de autoria do parlamentar licenciado que demandem a deliberação do Plenário ou a presença física na unidade administrativa desta Câmara, até o fim do período de licença e retorno do parlamentar.

**Art. 8º** Nos casos em que o parlamentar licenciado integrar Comissão Permanente ou Temporária da Câmara, fica o Presidente desta Casa autorizado a convocar eleição suplementar em Sessão Plenária para escolha de membro substituto, exclusivamente para o período de afastamento parental.





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

§ 1º A substituição de que trata o *caput* deste artigo terá caráter temporário e limitar-se-á às atribuições no âmbito da Comissão.

§ 2º Encerrado o afastamento parental, o parlamentar titular retornará automaticamente à sua vaga na Comissão, independentemente de novo ato.

§ 3º O mandato do membro substituto na Comissão cessará automaticamente com o retorno do titular, ficando convalidados os atos praticados durante o período de substituição.

**Art. 9º** Esta Resolução aplica-se integralmente às licenças-maternidade e licenças-paternidade em curso na data de sua publicação, no que couber, produzindo efeitos imediatos para a gestão do Gabinete Parlamentar e para a organização dos trabalhos internos e das Comissões.

**Parágrafo único.** Ficam preservados os atos administrativos e regimentais regularmente praticados até a data de entrada em vigor desta Resolução.

**Art. 10.** Os casos omissos serão decididos pela Presidência da Câmara Municipal de Linhares.

**Art. 11.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**RONINHO PASSOS**  
Presidente

**PROF. KELLEY BONICENHA**  
Primeira Secretária

**SARGENTO ROMANHA**  
Segundo Secretário





## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição regulamenta a concessão da licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares da Câmara Municipal de Linhares, bem como dispõe sobre regras de gestão das atividades do Gabinete Parlamentar durante o período de afastamento parental.

A proteção social da família e da criança está garantida pelos art. 226 e 227 da Constituição Federal, e a concessão de licença após o período de nascimento ou adoção é instituto jurídico essencial para a preservação do bem-estar familiar e desenvolvimento saudável e seguro da criança no novo lar.

Nesse sentido, o afastamento parental por licença, previsto como direito social fundamental no art. 7º, XVIII e XIX, da Constituição Federal, é irrenunciável, uma vez que o bem jurídico tutelado é a proteção integral à criança, favorecendo a formação do vínculo familiar. No mesmo sentido, é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

"A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou a própria negligência da gestante ou lactante em juntar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido." (ADI nº 5398/DF).

Dessa forma, as licenças previstas nesta Resolução não poderão ser renunciadas ou interrompidas, em cumprimento ao texto constitucional e atendimento ao *melhor interesse da criança*.

O direito ao afastamento parental é garantido também nos casos de parto prematuro. No caso da licença-maternidade, esta será concedida também na ocorrência dos eventos de natimorto e aborto espontâneo, em consonância ao já praticado pela legislação federal e visando ao acolhimento das necessidades da parlamentar que porventura vivenciar tais situações.





# Câmara Municipal de Linhares

## Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Também é regulamentado o funcionamento e gestão das atividades do gabinete do parlamentar em licença parental, com a manutenção da equipe de servidores, suas lotações e respectivas atribuições.

Considerando a dinamização dos trabalhos proporcionada pelo processo legislativo eletrônico implementado por esta Casa há mais de 3 anos, é permitido que o parlamentar tenha acesso e gerência sobre às atividades administrativas e legislativas desenvolvidas por seu gabinete de forma remota, o que não mudaria no caso do afastamento por licença parental.

Dessa forma, é autorizado que o parlamentar assine eletronicamente o ateste das atividades por sua equipe, que continuará se reportando ao Coordenador Geral de Gabinete de Representação Parlamentar para a execução das tarefas diárias, com a expedição de relatório mensal sobre as atividades executadas.

As matérias que demandem presença e defesa em Plenário, terão sua análise e encaminhamento suspensos. Nesse sentido, também é vedada a participação do parlamentar em qualquer tipo de sessão plenária durante o período da licença parental, reforçando o compromisso da *proteção integral* e do *atendimento ao melhor interesse da criança*.

Ademais, a manutenção das atividades mostra-se essencial para o atendimento das demandas da população, mantendo o vínculo do mandato com a sociedade, de modo que esta não fique desamparada no atendimento de demandas para o desenvolvimento sustentável da cidade. Dessa forma, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Linhares requer o apoio dos nobres colegas para aprovação da presente proposição.

Palácio Legislativo "Antenor Elias", em 2 de fevereiro de 2026.

**RONINHO PASSOS**  
Presidente

**PROF. KELLEY BONICENHA**  
Primeira Secretária

**SARGENTO ROMANHA**  
Segundo Secretário

Página 6 de 6



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3300320039003600310030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3300320039003600310030003A005000

Assinado eletronicamente por **Ronald Passos Pereira** em 02/02/2026 17:05

Checksum: **A7C48700877C43C028D051FD968FC0732283E28231BCD1765E6AA037A37E3F52**

Assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO ROMANHA** em 02/02/2026 17:09

Checksum: **2DE9FB97F42EC9E1D019947431F5744A383F79620704F40129DACDD6759F990F**

Assinado eletronicamente por **KELLEY BONICENHA** em 02/02/2026 17:30

Checksum: **B861DA5F5ADB286B3ED6D62B3F631B51736453DCC46F9CCD698B102705AA9DB8**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3300320039003600310030003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.